

## AS MÃOS QUE EMBALAM O BERÇO: um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade

Sílvia Portugal

### Resumo

Este artigo apresenta as hipóteses centrais e alguns resultados, de uma pesquisa, em fase de conclusão, que parte do conceito de sociedade-providência para discutir o papel da dádiva e das relações interpessoais de solidariedade na provisão das necessidades sociais dos indivíduos e das suas famílias. Utilizando contribuições da "teoria das redes" para um domínio específico - as necessidades das famílias em termos de cuidados às crianças -, procura-se conhecer os atores envolvidos e o tipo de assistência que prestam. Sublinhando a importância fundamental das solidariedades femininas, conclui-se pelo papel fulcral do "parentesco restrito" e pela forte matrilinearidade das redes de apoio.

### Palavras-chave

Sociedade-providência. Dádiva. Família. Redes sociais.

THE HANDS THAT ROCK THE CRADLE: a study on  
motherhood support informal networks

### Abstract:

This article presents the central hypotheses and some results of a survey nearing completion, which starts from the concept of providence-society to discuss the role of gift and of the interpersonal solidarity relationships in providing for the social needs of individuals and their families. By using contributions from the "network theory" to a particular domain - family needs as far as childcare is concerned - there is an attempt to know the actors involved and the kind of assistance they give. The fundamental importance of female solidarity is emphasized, which leads to the

supportive role of "restricted kinship" and the strong motherlinearity of support networks.

Keywords:

Providence-society. Gift. Family. Social networks.

## Introdução

A crise do Estado-Providência nas sociedades industrializadas trouxe para o centro dos debates políticos e teóricos uma realidade que a época dourada das políticas públicas tinha feito esquecer: o papel das solidariedades primárias na provisão das necessidades sociais, na manutenção do bem-estar e nível de vida dos indivíduos.

Em Portugal, as deficiências do Estado-Providência e a especificidade do seu desenvolvimento no contexto das sociedades europeias são conhecidas. Quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo, ou seja, quer se pense no montante de gastos públicos em políticas sociais, quer na aplicação dessas políticas, o Estado-Providência português apresenta diferenças significativas relativamente aos países industrializados do resto da Europa (SANTOS. 1990; Mü ZZICAFREDDO. 1992). Neste contexto, tem vindo a ser defendida a tese de que o défice providencial do Estado português é compensado, pelo menos parcialmente, pela providência socialmente produzida: "em Portugal um Estado-Providência fraco coexiste com uma sociedade-providência forte" (SANTOS, 1993, p. 46).<sup>1</sup> O conceito de sociedade-providência designa

as redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento **mútuo** e de entreaajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss. (SANTOS, 1993, p. 46).

---

I Ver a este propósito os **trabalhos** de Pedro Hespanha (1995), Maria José Ferros Hespanha (1993) e André Samouco (1993).

O presente artigo apresenta as hipóteses centrais, e alguns resultados, de uma pesquisa, em fase de conclusão, que parte do conceito de sociedade-providência para discutir o papel da dádiva e das relações interpessoais de solidariedade na provisão das necessidades sociais dos indivíduos e das suas famílias.

A pesquisa toma como objecto empírico a análise de um momento de transição na vida familiar: o nascimento do primeiro filho. Enquanto tempo de reorganização de recursos (materiais, humanos e afectivos) a transição para a maternidade e paternidade revela-se um objecto privilegiado para testar o papel das solidariedades primárias na manutenção do bem-estar familiar.

Procura-se conhecer, para um domínio específico - as necessidades das famílias em termos de cuidados às crianças -, os actores envolvidos e o tipo de assistência que prestam. Assim, neste artigo, equaciona-se, num primeiro momento, uma discussão do papel da dádiva nas sociedades contemporâneas e da sua relação com as esferas do Estado e da família, para, num segundo momento, elaborar-se uma tentativa de operacionalização do conceito de sociedade-providência, utilizando contributos da "teoria das redes".

Pretende-se, deste modo, por um lado, avaliar a importância da dádiva e analisar o papel das relações de parentesco na sua subsistência; por outro lado, ao utilizar o conceito de "rede", procura-se identificar quais os laços mais activos da sociedade-providência na resposta a um problema concreto: o nascimento do primeiro filho.

## 1 A dádiva nas sociedades contemporâneas

Existe, hoje, a ideia generalizada de que a dádiva desapareceu das sociedades contemporâneas e cedeu o seu lugar ao cálculo racional e à troca mercantil. À medida que o individualismo ganha peso a generosidade perde-se e é substituída pelo egoísmo calculista.

A perspectiva adoptada neste artigo contraria esta versão, afirmando a centralidade do dom nas sociedades modernas. Fazendo uso de algumas das hipóteses de Boaventura de Sousa Santos (1993) e de Jacques Godbout (1992), defende-se que existe nas sociedades modernas, como nas sociedades arcaicas, um modo de circulação dos bens que difere intrinsecamente daquele que é analisado pelos economistas. Um sistema de

dádiva, que serve para estabelecer e alimentar relações sociais - "no dom o bem circula ao serviço do vínculo" (GODBOUT, 1992, p. 32).

Adopta-se, neste texto, a definição de dádiva avançada por Godbout (1992, p. 32) - "toda a prestação de bem ou serviço efectuada sem garantia de retomo, com vista a criar, alimentar ou recriar o vínculo social entre as pessoas" - , tendo como objectivo ver como o dom, assim caracterizado, como modo de circulação dos bens ao serviço do laço social. constitui um elemento essencial da sociedade.

Marcel Mauss, em *Ensaio sobre a dádiva*, obra clássica sobre o tema, afirmou a centralidade da dádiva nas sociedades arcaicas; no entanto, teve dificuldade em reconhecer que a sua existência nas sociedades modernas fosse além do estatuto de manifestação residual do passado. Penso, como Godbout, que "o dom é tão moderna e contemporâneo como característico das sociedades arcaicas" (1992, p. 20). A sua perenidade não resulta apenas da necessidade de trazer um "suplemento de alma" aos interesses mercantis e estatais, mas testemunha o "facto do dom, ele próprio, como o mercado e o Estado, formar um sistema" (GODBOUT, 1992, p. 21), sistema de relações sociais, propriamente ditas, enquanto relações não redutíveis a interesses económicos ou de poder. A ideia que aqui se defende é a de que fenómenos como as prendas, a prestação de cuidados às crianças, aos idosos e aos doentes, os convites para festas e a hospitalidade, o voluntariado e a doação de sangue constituem formas de troca social que não são hoje residuais, nem quantitativamente (dada a sua frequência no quotidiano) nem qualitativamente (dada a sua importância na vida dos indivíduos).

Alguns autores viram na providência estatal a forma moderna da dádiva.! Esta é, aliás, uma herança teórica do próprio Mauss, que, na conclusão do seu *Ensaio*, vê nos sistemas de segurança social ocidentais um prolongamento moderno das formas arcaicas da dádiva.

Com efeito, Estado tem um tipo específico de relação com o sistema de dom. Por um lado, muitos serviços anteriormente prestados

---

2 Neste contexto, uma **das** perspectivas mais interessantes encontra-se na obra de Richard Tibbels, *The gift relationship* (1971), analisando a doação de sangue em **diferentes** países. o autor retoma as ideias de Mauss para defender a tese de que a intervenção estatal estimula **as** relações sociais de tipo altruísta, ao fazer apelo **à** solidariedade **entre** desconhecidos, forma superior de dom, inexistente **nas** sociedades arcaicas.

pelas redes de auxílio pessoal ou caritativo são agora realizados pelo Estado; por outro, e contrariamente ao mercado, este não nega o altruísmo: recebe, organiza, reparte e distribui em nome da solidariedade – solidariedade mais extensa do que a das redes primárias, mais justa do que a dos sistemas de caridade. O desenvolvimento do Estado-Providência foi, por esse motivo, muitas vezes, visto como um substituto feliz do dom, diminuindo a injustiça e a desigualdade e repondo a dignidade dos beneficiados.

No entanto, a hipótese que pretendo defender é a de que mesmo que o Estado tenha por vezes relações estreitas com o dom, um e outro constituem universos distintos, que repousam sobre princípios diferentes (GODBOUT, 1992; SANTOS, 1993). Mais: não só a providência estatal não é sinónimo de dádiva, como pensavam Mauss e Titimuss, como, por vezes, o sistema público pode ter efeitos negativos sobre o dom.

As transferências monetárias realizadas pelo Estado podem, num primeiro momento, beneficiar as redes primárias, libertando-as de algumas obrigações. No entanto, quando este assume o papel de prestador de serviços os efeitos perversos podem surgir. A construção do Estado moderno implicou a ruptura com a tradição, a desvalorização das solidariedades primárias em troca duma solidariedade abstracta, a substituição da dádiva interpessoal pelo sistema de impostos. Mas um dom 'imposto' não é um dom. Se a dádiva se alimenta de liberdade, generosidade e voluntariedade, a providência estatal alimenta-se de imposição e constrangimento. Contrariamente ao que afirma Titmuss (1971), a assunção de programas sociais pelo Estado (sem deixar de ser desejável por outras razões, como a justiça) não estimula necessariamente as "disposições altruístas" do indivíduo. Pelo contrário, o Estado pode quebrar as redes de dom e estimular comportamentos individualistas ou tecnocráticos (GODBOUT, 1992).

O desempenho estatal de funções exercidas pelas redes primárias pode incentivar os indivíduos a abandonar as suas obrigações sociais. Pagar impostos toma-se uma forma de ser solidário com todos e com ninguém, ou seja, sem estabelecer e/ou alimentar qualquer vínculo social. Albert Hirschman (1970) distingue entre *exit*, *voice* e *loyalty* para caracterizar as esferas do mercado, do Estado e do espaço doméstico. O princípio que define o mercado é a possibilidade de sair da relação social (*exit*); a esfera política é regida pela discussão e pelo debate (*voice*); e, finalmente, a

lealdade (//0)011') constitui o princípio básico da esfera doméstica. O que o Estado-Providência parece fazer no momento em que se toma prestador de serviços é prolongar para a esfera doméstica a capacidade de *exit* definidora da esfera mercantil.

Em suma, o moderno sistema estatal de providência não é um sistema de dom, nem um seu complemento. Os dois assentam em princípios diferentes: o dom é um sistema livre, enquanto o Estado desenvolve obrigações automáticas para os cidadãos; o Estado tem horror à diferença, fonte potencial de desigualdades, ao passo que o dom alimenta-se dela: de afinidades, vínculos privilegiados e personalizados; o Estado tem dificuldade em lidar com as diferenças pessoais, o dom encontra nelas a sua fonte de dinamismo (GODBOUT. 1992).

## 2 A importância das **relações** de parentesco

O que se pretende neste artigo é demonstrar as potencialidades do dom em face das deficiências do sistema estatal, tendo como hipótese central que a família é o local privilegiado do seu exercício.

As teses sobre a perda de importância dos laços de parentesco na provisão das necessidades sociais dos indivíduos foram de par com a desconfiança sobre o papel da dádiva e a euforia em tomo do Estado-Providência. A ideia do "declínio da família" como unidade econômica e providencial alimentou **grande** parte da teoria sociológica desde o **pós**-guerra. Sem dúvida, nesta linha de discussão, a contribuição mais marcante e, hoje, mais contestada foi a de Talcott Parsons. Partindo da análise da **classe** média americana, ele construiu uma teoria geral da família e da sua relação com o conjunto da sociedade, onde apresentava um modelo familiar moderno particularmente adaptado à economia industrial.

Parsons caracterizava a família moderna como uma unidade nuclear estruturalmente isolada. Do seu ponto de vista, a transição para a modernidade implicou a quebra dos laços alargados de parentesco e a emergência de um modelo familiar onde o núcleo conjugal se tomou o centro das obrigações, em detrimento da filiação de cada um dos cônjuges. Este modelo emergiu **não** só porque o grupo de parentesco perdeu a sua importância como unidade econômica, mas porque os imperativos e valores da sociedade industrial são incompatíveis com a manutenção de lealdades e solidariedades familiares. O isolamento da família nuclear é,

pois, uma resposta às necessidades das modernas economias industriais (PARSONS, 1955, 1971).

A teoria de Parsons sobre o desenvolvimento da família moderna acaba por ser uma versão funcionalista dum correntista clássica que analisa a transição das sociedades tradicionais para a modernidade, análise na qual os processos de industrialização e urbanização estão associados às grandes mudanças nas formas e papéis da família. Quer a teoria sociológica tradicional de análise da família, no seu conjunto, quer a perspectiva individual de Parsons foram alvo de inúmeras críticas, que vão desde os pressupostos de partida da evolução das estruturas familiares à avaliação da própria evolução e à descrição dos modelos actuais. Neste texto centrar-me-ei na crítica à tese de Parsons sobre o isolamento da família nuclear, dado que algumas das hipóteses aqui apresentadas se constroem, em larga medida, por oposição ao modelo parsoniano.

Muitos foram os estudos que desde a década de 1960 se interrogaram sobre o papel das relações de parentesco no funcionamento da família moderna. Longe de confirmarem a ideia da ruptura entre a família conjugal e os seus parentes em linha vertical e horizontal, a maioria dos estudos empíricos afirmam exactamente o contrário. Entre família nuclear e família extensa estabelece-se um conjunto de relações que podemos situar em três níveis: expressivo, normativo e instrumental (KELLERHALS et al., 1994).

No plano expressivo, que compreende os contactos no interior da rede de parentesco e o apego afectivo entre parentes, todos os estudos realizados colocam em causa a ideia do isolamento do núcleo conjugal (KELLERHALS et al., 1994, p. 24). Pesquisas realizadas em diferentes países da Europa revelam que existem intensos contactos entre a família conjugal e a família alargada, sobretudo com os parentes em linha vertical (PITROU, 1978, 1992; KELLERHALS et al., 1994).

A existência de contactos frequentes não significa, no entanto, uma proximidade afectiva. Mas, também na área das afinidades e laços afectivos, todas as análises apontam para a importância fundamental da família (KELLERHALS et al., 1994). Em Portugal, nos estudos realizados sobre valores e representações, a família surge também como esfera prioritária de investimento pessoal e afectivo (NUNES DE ALMEIDA, 1993), tendência que os últimos inquéritos realizados à juventude portuguesa reafirmam (FERREIRA DE ALMEIDA, 1990).

Os contactos e laços afectivos têm o seu equivalente simbólico. Numerosos estudos, em diversos campos, sublinham a importância da família no plano normativo, enquanto 'modelo' de comportamentos e crenças (KELLERHALS et al., 1994). Numa sociedade onde o ritmo da mudança é cada vez maior, a família representa, cada vez mais, um elemento estável que permite aos indivíduos encontrarem um sentido para a sua acção.

Contudo, a maioria das investigações realizadas actualmente centra-se no plano das relações instrumentais entre família conjugal e família alargada. A esta tendência não é certamente alheio o interesse actual das instituições publicas pelas capacidades de suporte social dos grupos primários, que tem possibilitado o financiamento de algumas pesquisas nesta área temática - por exemplo, Kellerhals et al. (1994). Com uma vertente mais, ou menos, operacional, os estudos sobre as trocas de bens e serviços no interior da família têm-se multiplicado desde a década de 1970, apontando, todos eles, para a importância fundamental do apoio da rede de parentesco. Alguns exemplos demonstram a vitalidade que o sistema familiar de dádiva apresenta na provisão de diferentes necessidades.

No plano das ajudas materiais, uma tendência parece clara em estudos realizados em diferentes países: a importância das transferências monetárias de pais para filhos, sobretudo em fases de transição do ciclo de vida, como a constituição da família, a compra de habitação ou o nascimento dos filhos (PITROU, 1978, 1992; CUTURELLO, 1987; FINCH, 1989; DÉCHAUX, 1990; MARPSAT, 1991). Não menos importantes que o dinheiro são as ajudas em géneros: ofertas de vestuário, electrodomésticos e objectos domésticos, roupas e brinquedos para as crianças, etc. (PITROU, 1978, 1992; FINCH, 1989). Pitrou (1992, p. 68) chama a atenção para o facto de muitas vezes as prendas dos familiares em ocasiões como o Natal e os aniversários cobrirem totalmente as necessidades em termos de vestuário das crianças.

No plano da prestação de serviços os parentes revelam-se também elementos fulcrais. Os estudos chamam a atenção para a multiplicidade de ajudas prestadas: das mudanças de habitação, consertos em casa e limpezas domésticas até à guarda das crianças e procura de emprego (PITROU, 1978, 1992; FINCH, 1989; FINCH; MASON, 1993; KELLERHALS et al., 1994).

No plano instrumental, as famílias parecem, pois, contar largamente com os seus parentes para fazer face às suas necessidades. Os estudos realizados sobre esta matéria parecem apenas divergir quanto à relevância do apoio familiar no quotidiano dos indivíduos: se alguns apontam para a presença constante das ajudas (PITROU, 1978, 1992; MARPSAT, 1991), outros, embora admitam a sua importância, acentuam o carácter ocasional e não sistemático da solidariedade familiar (KELLERHALS et al., 1994), sublinhando a valorização dos parentes em momentos de crise (FISCHER, 1982).

Quer o recurso aos parentes se processe de uma forma sistemática ou esporádica, a presença da família alargada é inegável e, portanto, muito dificilmente podemos falar de isolamento do núcleo conjugal. Poder-se-é, então, falar de “**família** extensa modificada” como o faz Eugene Litwalk? Partindo da mesma realidade empírica que Parsons - a sociedade americana - Litwalk apresentou um dos mais interessantes contrapontos às leituras parsonianas. O autor defende que a unidade familiar característica da sociedade industrial não é a “família nuclear isolada”, mas a “família extensa modificada” (*modified extended family*) (LITWALK, 1960). Esta difere da “família extensa clássica” na medida em que não requer proximidade geográfica ou nepotismo ocupacional e é baseada em relações igualitárias e não autoritárias, e da família nuclear isolada na medida em que existe um apoio significativo ao núcleo por parte da rede de parentes (LITWALK, 1960, p. 385).

Litwalk defende que as relações extensas de parentesco são possíveis (e desejáveis) nas sociedades modernas, apesar das necessidades de mobilidade geográfica e ocupacional que estas exigem. Devido à melhoria dos meios de comunicação, os inconvenientes ligados à distância geográfica foram minimizados, e é possível à família extensa prestar apoio ao núcleo conjugal sem constituir um obstáculo ao sistema ocupacional. Graças à pressão institucional a mobilidade geográfica é hoje considerada legítima pelas famílias; estas continuam a exercer as suas funções de suporte social, apesar de já não constituírem unidades económicas, nem habitarem num espaço próximo.

As hipóteses centrais deste artigo aproximam-se da perspectiva de Litwalk, dado que se pretende testar a importância da família extensa, enquanto elemento fundamental do sistema de dívida, defendendo-se que a sociedade-providência age de forma privilegiada através dos laços de

parentesco. Pretende-se operacionalizar estas hipóteses utilizando o conceito de rede social e alguns contributos metodológicos da "teoria das redes" (*network analysis*).

### 3 Família e rede social: para uma operacionalização do conceito de sociedade-providência

O conceito de rede social apareceu cedo na sociologia e na antropologia social. No entanto, inicialmente, nas décadas de 1930 e 1940, o conceito era sobretudo usado em sentido metafórico: os autores não identificavam características morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem.

A construção de um sentido analítico para o conceito de rede social desenvolveu-se em torno de duas correntes: uma, emersa da antropologia social britânica do pós II Guerra Mundial, que se preocupa fundamentalmente com uma análise situacional de grupos restritos; outra, sobretudo americana, que se prende com o desenvolvimento da análise quantitativa, no quadro duma análise estrutural.

A utilização do conceito de rede social entre os antropólogos britânicos surge, em grande medida, como resultado da crescente "insatisfação com o modelo estrutural-funcionalista clássico" (BOISSEVAIN, 1974, p. 18), e está ligada ao grupo que, sob a direcção de Gluckman, desenvolveu um vasto conjunto de trabalhos empíricos em África e na Europa.

A rigidez das propostas teóricas dominantes revelava-se cada vez mais ineficaz na análise das realidades empíricas complexas, com que trabalhavam os autores britânicos. A perspectiva estrutural-funcionalista preocupava-se fundamentalmente com a normatividade dos sistemas culturais. Embora o conceito de rede social fosse utilizado como metáfora descritiva, a unidade de análise privilegiada era o grupo restrito. Em consequência deste posicionamento, os autores tinham sérias dificuldades em lidar com sistemas sociais em que laços mais complexos atravessam a organização social de grupos ou categorias institucionalizadas. Para estudar este tipo de relações, muitos antropólogos, nos anos 1950, desviaram a sua atenção dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais e desenvolveram o conceito de rede social de uma forma sistemática.

Para Wellman, enquanto os antropólogos britânicos se deslocaram de questões substantivas para questões formais, a tradição de estudos americanos começou com questões relativas às formas das redes, à qual não é alheia a influência do trabalho de Simmel na América. O argumento simmeliano quanto à determinação do conteúdo das relações sociais pela sua forma conduziu os autores americanos a questionarem-se sobre a importância da dimensão dos sistemas sociais e do relacionamento interindividual na definição do comportamento individual e das relações duais (WELLMAN, 1991).

O interesse dos americanos na forma dos sistemas sociais estimulou o forte desenvolvimento de métodos quantitativos para descrever modelos de relações. Da análise sociométrica, utilizada pelos psicólogos e pioneira na quantificação de dados relacionais, à teoria dos grafos dos matemáticos, os estudiosos das redes recolheram vocabulário e modos de representação gráfica, inicialmente rudimentares, e hoje cada vez mais elaborados, que lhes permitiram analisar quantitativamente as "estruturas profundas que unem e separam os sistemas sociais" (WELLMAN, 1991, p. 23).

A tradição americana de estudo das redes desenvolveu-se segundo duas linhas de sensibilidade distintas: uma, herdeira de Simmel, é essencialmente formalista, concentrando-se sobretudo na morfologia das redes e no seu impacto nos comportamentos (alguns dos exemplos desta abordagem encontram-se reunidos em Leinhardt, 1977); outra reclama-se estruturalista, definindo a relação como unidade básica da estrutura social e utilizando uma grande variedade de conceitos e métodos de análise do estudo das redes sociais para responder a problemáticas centrais na teoria sociológica. As ideias centrais desta segunda abordagem encontram-se sistematizadas na introdução de Wellman e Berkowitz (1991) à obra onde estão reunidos diversos estudos realizados segundo esta perspectiva.

Qual pode ser então o contributo da "teoria das redes" para o estudo da sociedade-providência e do papel exercido pelas relações familiares na provisão de bem-estar? A análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interacção entre os actores sociais, em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas têm uma realidade própria, no mesmo sentido em que os indivíduos e as relações a têm, pelo que a sua influência não pode ser reduzida ao simples efeito de constrangimentos normativos, atributos

pessoais ou efeitos cumulativos de múltiplas interacções. Esta "análise relacional" (WELLMAN, 1985) permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas, também, o modo como eles o usam e modificam consoante os seus interesses.

Dadas as suas potencialidades analíticas e metodológicas, o conceito de rede social parece bastante profícuo para o estudo da sociedade-providência, permitindo, de um modo operacional, estudar a forma como os indivíduos mobilizam diferentes tipos de relações sociais para fazer face às suas necessidades de bem-estar.

A *network analysis* possibilita uma grande flexibilidade analítica relativamente ao problema que o investigador quer estudar (PISELLI, 1994, p. 50) pode centrar-se no indivíduo, no casal (visando os cônjuges, conjuntamente ou cm separado), ou na totalidade da rede familiar; pode considerar a *rede total* de relações do indivíduo ou da família, ou analisar uma *rede parcial* (BOISSEVAIN, 1974), isolada em função dum determinado aspecto da actividade social: relações económicas, de trabalho, de parentesco, de amizade, etc.

As estratégias metodológicas de abordagem das redes podem sintetizar-se em três tipos fundamentais: uma abordagem estrutural, que consiste na reconstituição da rede através do contacto com todos os seus elementos, utilizando sobretudo procedimentos sociométricos; uma abordagem que consiste na selecção de um informador privilegiado que reconstitui as relações entre os diferentes membros da rede; e, finalmente, uma abordagem egocentrada que reconstitui a rede de relações dum determinado indivíduo (*ego*). Este último procedimento, embora possa ser, do ponto de vista teórico, menos interessante que a abordagem estrutural, certamente o mais utilizado pelos investigadores desta área.

As "redes egocentradas" (*egocentric* - ou *personal* - *networks*) são definidas, pela maioria dos autores, como o conjunto de indivíduos que conhecem e interagem com um determinado "alvo" – indivíduo ou casal (MILARDO, 1988). Este tipo de rede dá-nos uma visão ptolomeica das redes; em lugar da concepção do observador exterior obtemos a perspectiva dos indivíduos que se encontram no seu centro.

Um dos problemas das redes egocentradas consiste na dificuldade em identificar a totalidade dos membros da rede de um dado indivíduo ou família, sendo quase sempre necessário criar uma amostra do total da sua

população. Uma das estratégias para isolar uma parte da rede total é considerar *redes de troca* (MILARDO, 1988), ou seja, identificar os membros da rede com os quais existem fortes probabilidades de recompensa de dádivas. As vantagens de utilização desta estratégia são duplas: por um lado, são definidos critérios claros de inclusão dos membros da rede; por outro, a decisão de quem faz parte da rede é tornada pelo investigador e não pelo inquirido.

No caso deste artigo torna-se como referência uma questão específica: as necessidades de apoio suscitadas pelo nascimento do primeiro filho. Assim, analisa-se não a *rede total* de relações sociais da família, mas uma *rede parcial*, ou seja, o conjunto de laços que são activados para dar resposta a este problema concreto.

Identificaram-se quatro áreas fundamentais de apoio: 1) prestação de serviços: serviços de guarda (quotidiana, temporária, ocasional) e ajuda nos cuidados quotidianos do bebé; 2) apoio financeiro: dádivas em dinheiro, suporte de despesas de alimentação, saúde e educação da criança; 3) apoio material: dádivas em géneros importantes para os cuidados com a criança - roupa, brinquedos e alimentação; 4) apoio ao nível da informação: esclarecimento de dúvidas, aconselhamento, etc.

Pretende-se saber se a família recebe da sua rede de relações sociais algum destes tipos de apoio e, em caso afirmativo, identificar os elementos que o prestam. Para alcançar este objectivo adoptou-se uma estratégia metodológica de reconstituição de redes egocentradas<sup>3</sup>, utilizando, em grande parte, os princípios genéricos de reconstituição das redes de troca. Inventariadas as diversas áreas de necessidades de apoio, inquiriram-se os indivíduos no sentido de identificarem quais os membros da sua rede de relações sociais que lhes davam resposta. Com esta abordagem, pretende-se identificar os vínculos mais activos da sociedade-providência na resposta às dificuldades criadas pelo nascimento do primeiro filho.

#### 4 “Com quem se pode contar”: a morfologia da rede

Um dos primeiros objectivos que se procura atingir é o conhecimento da *morfologia da rede*. Trata-se de conhecer, por um lado, a

---

3 O "alvo" seleccionado foi o casal, tendo sido inquirida apenas a mulher.

*orientação* da rede: as relações são estabelecidas sobretudo com parentes, amigos, vizinhos ou colegas? No que diz respeito à rede de parentesco, ela orienta-se preferencialmente num sentido horizontal ou vertical: privilegiam-se os parentes em linha recta ou os colaterais? Ainda quanto à rede familiar, trata-se, por outro lado, de estudar a *lateralização* da rede: perceber se à simetria de parentesco existente no casal corresponde uma simetria de atitudes ou se predomina um dos lados na prestação de apoio. Finalmente, pretende-se conhecer a *polarização* de rede: existem actores que desempenham um papel de "catalisador de relações", por quem passam obrigatoriamente os laços estabelecidos entre os diferentes membros da rede?

Os resultados da pesquisa- permitem apontar três características fundamentais no funcionamento deste tipo de rede. Em primeiro lugar, as redes são sobretudo orientadas para os parentes (embora, como se verá mais adiante, o sentido desta orientação dependa do tipo de apoio que é requerido). Entre estes, no entanto, é o conjunto a que podemos chamar "parentesco restrito" (BONVALET, 1993) - pais, irmãos e respectivos cônjuges - que dá resposta a um maior número de necessidades. Estes resultados confirmam a hipótese inicial da família como núcleo fundamental da sociedade-providência: são as relações familiares que prestam a maioria dos apoios necessários à manutenção do bem-estar familiar.

Em segundo lugar, as redes são marcadamente lateralizadas pelo lado da mulher - 72,6% das famílias têm uma rede de apoio onde os membros relacionados com a mãe da criança (parentes ou amigos/as desta) representam mais de metade das relações activadas". Janet Finch (1989), para Inglaterra, sublinha a importância fulcral da mãe e irmãs da mulher nos cuidados das crianças. Para a realidade estudada na pesquisa aqui apresentada é marcante a matrilinearidade: a mãe da criança é uma figura central no apoio ao nascimento do primeiro filho.

---

<sup>4</sup> Os dados aqui apresentados resultam de um inquérito aplicado a **mães** residentes no distrito de Coimbra **que** tiveram o **seu** primeiro filho entre janeiro e junho de 1991, ou seja, mães de crianças que tinham na altura do inquérito (novembro de 1993) entre 4 e 11 meses. Utilizando uma amostra por local, junto a instituições de saúde do distrito de Coimbra, foram realizados 223 inquéritos em sistema de administração directa.

S Considera-se "**relação** activada" sempre que existe prestação de um determinado tipo de apoio por parte de um membro da rede.

Finalmente, as redes são nitidamente polarizadas ou, por outras palavras, são redes femininas - 77,6% das famílias têm uma rede de apoio onde as mulheres estão presentes em mais de metade das relações activadas. A importância das solidariedades femininas na reprodução quotidiana das famílias tem vindo a ser sublinhada por outros estudos já realizados em Portugal - por exemplo, Nunes de Almeida (1984). Resultados que são conformes com a hipótese de que os custos do bem-estar proporcionado pela sociedade-providência recaem sobretudo nas mulheres (SANTOS, 1993).

#### 5.0 "O que se recebe *para o bebé*"; a circulação dos bens no interior da rede

O nascimento do primeiro filho é um 'acontecimento extraordinário' no ciclo de vida da família e, por isso, constitui uma ocasião privilegiada para a oferta de presentes, como forma de celebração do evento. Na amostra analisada, 95% das famílias receberam prendas pela ocasião do nascimento do seu filho. O que se pretende neste ponto é, por um lado, discutir as características destas dádivas; por outro, avaliar a sua importância na manutenção do bem-estar e nível de vida das famílias.

#### *O enxoval*

O nascimento de um filho envolve a aquisição dum série de bens necessários à vida quotidiana da criança. A análise da circulação deste tipo de bens no interior da rede de relações sociais constitui um elemento interessante para a compreensão do sistema de dívida na família.

Não só a esmagadora maioria dos casais recebe prendas quando nasce o seu filho, como uma grande parte deles (33%) usufrui do empréstimo de objectos diversos. A selecção de alguns objectos de uso quotidiano da criança permitiu uma aproximação à lógica da economia familiar. Os resultados revelaram que 57,8% das famílias obtiveram a maioria dos objectos que possuem através de prendas ou empréstimos, sendo que uma parte significativa (14%) não fez qualquer compra.

O investimento financeiro do casal faz-se sobretudo em bens de que a criança irá usufruir mais tempo (a banheira e a cama), enquanto que os objectos de mais curta utilização (o carrinho e a cadeira para o bebé comer)

são maioritariamente obtidos através de ofertas ou empréstimos. Parece, pois, existir uma estratégia clara de economia de custos que é gerida no interior de um sistema de dádiva. facto que um outro dado vem sublinhar: o bem cuja utilização é mais curta (a alcofa) é aquele que mais frequentemente é pedido emprestado.

Esta economia da dádiva é também uma economia de mulheres. Se as ofertas são também feitas por parentes e amigos do sexo masculino, a circulação dos bens através de empréstimos é exclusivamente gerida pelas mulheres. As irmãs, as cunhadas e as amigas da mãe da criança surgem, nesta área, como elementos fundamentais; são sobretudo elas que disponibilizam os objectos que já foram utilizados pelos seus filhos, e por vezes por outros parentes.

Este sistema de dádiva permite às famílias minimizar as primeiras despesas com a criança. Mais da metade (54,7%) das mães afirmam que gastariam o dobro, ou mais do dobro, com o enxoval do seu filho se não tivessem recebido prendas ou empréstimos por parte da sua família e amigos.

### *O dinheiro, as papas, as fraldas e os brinquedos*

Para além das prendas por ocasião do nascimento, o inquérito recolheu também informação sobre as ajudas para cobrir as despesas com a criança: um quarto das famílias recebe regularmente ajudas em dinheiro e metade usufrui de ofertas em géneros (produtos alimentares, fraldas, roupas e brinquedos).

As ofertas de dinheiro são uma variável interessante de analisar no estudo do sistema de dádiva. É exactamente o dinheiro que marca a fronteira **entre** o mercado e o dom: o dinheiro não tem qualquer marca pessoal, ao monetarizar uma troca demitimo-nos da relação, saímos do sistema de dádiva. Dar dinheiro oferece o perigo de mercadorizar as relações. No entanto, segundo Douglas (apud CORRIGAN, 1989), nas nossas sociedades o dinheiro funciona como prenda no interior da família. Os dados existentes parecem confirmar esta afirmação: não só a percentagem de casais que recebe ajudas monetárias é expressiva, como é significativo o facto desse tipo de apoio vir exclusivamente da família.

É nas ajudas financeiras que se encontra uma das orientações mais marcadas da rede: são sobretudo os laços de parentesco no sentido vertical

ascendente que alimentam este fluxo, Estes resultados são, aliás, conformes com pesquisas realizadas noutros países que sublinham a importância das transferências monetárias entre gerações, sobretudo quando se trata de casais jovens (DÉCHAUX, 1990).

Outra característica importante na circulação deste tipo de recurso é o facto de ser o único fluxo da rede de apoio que não é marcadamente feminino: embora as sogras e as mães, sobretudo estas últimas, sejam identificadas como elementos importantes, são os 'pais' e os 'sogros' as relações mais identificadas com a oferta de dinheiro. Este 'desaparecimento' das mulheres, e o emergir de categorias de parentesco que englobam duas pessoas, pode estar relacionado com uma visão tradicional da distribuição do poder na família, que não reconhece às mulheres a gestão autónoma dos recursos financeiros.

Como atrás foi referido, metade das famílias recebe da sua rede de relações dádvas em espécie para fazer face às necessidades da criança, O bem que as famílias mais recebem é roupa (82,7% dos casais que têm ajudas materiais recebem ofertas de vestuário para o seu filho), seguindo-se os brinquedos (66,4%). Cerca de um quarto das famílias recebe ajudas em bens essenciais à subsistência quotidiana do bebé: a 24,5% são oferecidas regularmente fraldas e a 26,1% produtos alimentares (leite, farinhas e outros produtos),

Neste caso dos fluxos em bens materiais, a rede é bastante mais vasta do que no caso das ajudas financeiras. Embora exista sempre uma orientação marcada para o parentesco restrito, os colaterais surgem também como elementos da rede. Importantes, nesta área de apoio, são outrossim as relações de amizade, sobretudo na oferta de roupa e brinquedos. É nas dádvas em bens essenciais que prevalece, mais uma vez, a orientação familiar, e sobretudo o sentido vertical ascendente,

Estas dádvas em dinheiro e bens desempenham um papel fundamental na manutenção do bem-estar familiar, Dos casais que recebem apoio financeiro, 61,1% das mulheres dizem que o dinheiro recebido cobre uma parte importante das despesas com o filho, e 5,5% afirmam que cobre a sua totalidade. Quanto às ofertas em espécie, 86,6% consideram-nas "importantes" ou "muito importantes" para o conjunto de encargos que a criança implica. A importância das ajudas da rede familiar assume ainda maior relevância se comparada com a avaliação que as famílias fazem do apoio prestado pelo Estado. Dos casais que receberam pelo menos uma das

prestações sociais a que têm direito pelo nascimento do seu filho – a maioria (76,2%) recebeu a totalidade dos três subsídios<sup>6</sup> -, mais de um quarto (28%) considera "pouco importantes" essas contribuições.

## 6 O que se faz *pelo bebé*: rede de apoio e prestação de **serviços**

### *Quem toma conta das crianças*

O inquérito revela que 35,9% das crianças que constituem a amostra estão ao cuidado da mãe, 26,9% estão entregues a um outro familiar - na maioria dos casos a avó materna (61% dos que estão entregues a um parente) ou a avó paterna (28,8% dos que estão entregues a um parente) -, 19,7% encontram-se numa ama, 14,8% numa creche, e apenas 2,7% estão entregues a uma empregada doméstica. O modelo de guarda das crianças que predomina é, pois, um modelo familiar – cerca de 63% dos bebés estão ao cuidado exclusivo da família.

A rede familiar revela-se fundamental na guarda quotidiana da criança. As famílias cujo filho está ao cuidado da mãe recebem ajuda em 48% dos casos, percentagem que sobe para 52% quando a mãe é trabalhadora. A partilha da guarda da criança é feita sobretudo com a avó materna (42% dos casos) ou avó paterna (19% dos casos), mas existem também mães que recebem apoio das suas irmãs, cunhadas, tias e primas. Quando a criança está entregue a um familiar, que não a mãe, a mesma partilha de responsabilidades acontece, embora com menor intensidade - cerca de 18% dos casais que têm o seu filho com um familiar recebem ainda ajuda de um outro elemento da rede.

Esta multiplicidade de intervenientes na guarda das crianças revela algumas questões interessantes: por um lado, a mobilização da rede para a resposta ao problema; por outro lado, o papel polarizador das mulheres - se existe capacidade para responder às necessidades dos jovens pais, o facto deve-se exclusivamente à sua acção: e, finalmente, um último ponto, que resulta em grande parte dos anteriores, prende-se à enorme fragilidade que este dispositivo familiar apresenta, face a outras soluções de **carácter** mais formal.

---

6 Subsídio de nascimento, subsídio de **aleitação** e abono de família.

A guarda repartida entre diferentes familiares toma cada um dos elementos da cadeia indispensável, e, como tal, revela-se um esquema pouco permeável a imprevistos. Normalmente a alternância na guarda faz-se por períodos distintos do dia, permitindo, por exemplo, que as mulheres envolvidas possam exercer uma actividade profissional. Se surge algum acontecimento inesperado, como uma doença, todo o esquema pode cair por terra. Esta circunstância só não acontece mais frequentemente porque parece existir sempre alguma mulher na família que "pode dar uma mãozinha". No entanto, à medida que estas mãos femininas forem progressivamente integrando o mercado de trabalho as disponibilidades serão cada vez menores.

Esta situação é tanto mais problemática quanto o modelo familiar parece ser aquele que as mães preferem. A guarda pela família é a única modalidade cuja escolha é maioritariamente realizada por quem se pensa que ela é "a melhor para a educação do bebé". As soluções de carácter mais formal, como a colocação numa creche ou numa ama, são escolhidas sobretudo por razões de ordem prática, como o "horário de trabalho".

São também as mães cujo filho está ao seu cuidado ou da família as que, maioritariamente, não preferem qualquer outra solução. Pelo contrário, grande parte das mulheres que optou por um sistema formal de guarda preferiria outra solução: 71%, no caso de mães cuja criança está entregue a uma ama, e 55%, no caso da colocação em creche.

Estes dados contrariam, em grande parte, resultados de pesquisas realizadas noutros países, nomeadamente em França, onde não só a guarda familiar é menos representativa – cf. também para esta questão o trabalho de Kellerhals et al. (1994) para a Suíça –, como as preferências dos casais se orientam para as soluções formais, embora, por vezes, abdicuem delas por falta de meios (DÉCHAUX, 1990).

As diferenças surgem, também, se analisarmos o recurso aos diferentes modelos de guarda consoante o grupo socioeconómico da mulher. Em França, a guarda familiar é utilizada sobretudo por mães operárias - 42% das trabalhadoras industriais recorrem a um familiar para tomar conta dos seus filhos, contra uma média de 27% para o total da população (DÉCHAUX, 1990). Em Portugal, na amostra aqui apresentada, verifica-se que, embora as operárias industriais se situem, também, acima da média no recurso ao modelo familiar (74,2%, contra 63%), este é usado preferencialmente por todos os grupos socioeconómicos, com excepção das

"profissionais técnicas e de enquadramento", que recorrem predominantemente a um modelo formal (55% destas mulheres têm o seu filho ao cuidado duma ama, creche ou empregada). É também este grupo o que mais recorre às creches (cerca de um quarto das mães), seguindo-se as "trabalhadoras da administração, comércio e serviços" (20,5%). Apenas 3,2% das mães operárias recorrem a uma creche para cuidar dos seus filhos.

Outro dado interessante consiste na análise das alternativas preferidas pelas mães que escolheriam outra solução para cuidar dos seus filhos. A alternativa que privilegiam é, maioritariamente, a guarda pessoal da criança: 51% das mães que dizem preferir uma outra solução para os cuidados do seu filho declaram que ela seria "ficar em casa a tomar conta dele". Esta é a hipótese a que dá primazia a maioria das mulheres dos diferentes grupos socioeconómicos, mas sobretudo as "profissionais técnicas e de enquadramento" e as "trabalhadoras da administração, comércio e serviços", ou seja, os grupos sociais que utilizam para a guarda dos filhos, sobretudo, um modelo formal.

#### *Quem dá "uma ajudinha"*

Para além da guarda da criança, que é, obviamente, uma questão fundamental, existem outros aspectos dos cuidados quotidianos do bebé para os quais as famílias necessitam também do apoio da sua rede de relações. Seleccionaram-se, para este artigo, duas questões: o esclarecimento de dúvidas quanto aos cuidados da criança e a guarda ocasional, ou seja, quem ficaria com o bebé no caso de nenhum dos cônjuges poder tomar conta dele durante algumas horas.

Quanto ao esclarecimento de dúvidas, o saber técnico parece funcionar como elemento decisivo na definição deste fluxo da rede: o médico revela-se como um membro fundamental – 85% das mães recorrem ao seu médico para esclarecer dúvidas relativamente aos cuidados com o seu filho. No entanto, o "saber de experiências feito" é, também, bastante valorizado: a mãe é um elemento importante para obter informação (30% das mulheres recorrem a ela), assim como as "amigas que já têm filhos" – 26% das mulheres procuram uma amiga com experiência de maternidade para esclarecer as suas dúvidas.

Quanto à guarda ocasional, a avó materna da criança revela-se, mais uma vez, o elemento fundamental - quase metade dos bebés (47,5%) fica entregue a ela, na ausência dos pais. Mas, para uma ajuda ocasional, as amigas e as vizinhas são também pontos de apoio significativos: cerca de 16% das mulheres recorrem a elas para deixar o seu filho, uma percentagem quase tão importante como a obtida pela avó paterna (17%).

Da análise destas duas questões sobressai a importância de membros da rede exteriores à família. As relações de parentesco são estruturantes na satisfação das necessidades fundamentais, como a guarda da criança e a provisão de dinheiro e bens materiais, todavia, as relações de amizade e vizinhança constituem também elos de apoio importantes. Podemos dizer que o parentesco funciona como uma rede de 'primeira ordem', que 'amortece' de forma eficiente os impactos mais fortes do nascimento do primeiro filho, e considerar as relações de amizade e vizinhança como uma rede de 'segunda ordem', que funciona como rede de 'autoprotecção'. Ou seja, estas relações não são activadas quotidianamente para dar resposta a problemas fundamentais, mas estão disponíveis para dar suporte afectivo, aconselhar, resolver determinados imprevistos, "dar uma ajudinha" quando é preciso.

## Conclusão

Os dados apresentados neste artigo confirmam as hipóteses colocadas inicialmente acerca da centralidade da sociedade-providência na provisão de bem-estar. A análise de um 'acontecimento extraordinário' na vida familiar, como o nascimento do primeiro filho, permite detectar a existência de um sistema de dádiva cuja vitalidade possibilita uma resposta eficiente a novas necessidades. Este sistema tem como unidade fulcral a família restrita, contudo, existem também outras relações activas que são importantes, quer no interior da família extensa, quer entre os laços de amizade e vizinhança. Longe de ser uma unidade isolada, o núcleo conjugal constitui um espaço privilegiado de investimentos afectivos e materiais não apenas para os seus membros, mas também para aqueles que os rodeiam.

É necessário sublinhar, mais uma vez, que esta rede que envolve a família, e lhe permite fazer face às dificuldades criadas pela transição para a paternidade, é sobretudo constituída por mulheres, é sobre elas que

continua a recair a maior parte da responsabilidade do 'criar' e do 'cuidar', As mãos que embalam os berços continuam a ser quase exclusivamente mãos femininas e, sobretudo, mãos que já o fizeram mais do que uma vez. Uma das características mais marcantes destas redes de apoio ao nascimento do primeiro filho é a sua forte matrilinearidade: grande parte das mães depende da sua própria mãe para cuidar quotidianamente do seu filho.

Finalmente, deve-se discutir a importância que estas redes de apoio têm na configuração da realidade familiar. Dispor de uma multiplicidade de laços activos na resposta a novas necessidades implica, inevitavelmente, um quadro diferente de opções e possibilidades. Tem vindo a ser apontada a importância fulcral da sociedade-providência para as famílias mais carentes e mais directamente afectadas pelos limites e deficiências da providência estatal (SANTOS,1993). Assim, no que diz respeito ao nascimento do primeiro filho, as famílias mais desfavorecidas do ponto de vista económico necessitariam de um maior número de apoios da rede informal, dada também a sua incapacidade de recorrer a serviços produzidos pelo mercado.

Os dados não parecem confirmar esta hipótese. Tomando como referência o grupo socioeconómico do pai, não existem diferenças significativas, por exemplo, entre "profissionais técnicos e de enquadramento" e "operários industriais" quanto ao número e tipo de apoios recebidos. Relativamente aos cuidados das crianças, a dádiva parece ser transversal às classes sociais. No entanto, do ponto de vista instrumental, o seu significado pode ser bastante diferente: Agnès Pitrou (1978, 1992) distingue entre solidariedade de promoção e solidariedade de subsistência. A primeira, característica das classes médias e superiores, surge como uma forma da rede de parentesco ajudar a família a subir o seu nível de vida e a ascender socialmente. A segunda, exercida nos meios mais desfavorecidos, tem como finalidade assegurar a reprodução quotidiana da família: os apoios prestados permitem evitar que uma estabilidade precária possa ser afectada.

Deste modo, as famílias mais carentes parecem ser duplamente desfavorecidas, pela providência produzida quer formal, quer informalmente. As famílias com uma situação económica precária são também aquelas que recorrem mais à família por escassez de alternativas. A solidariedade prestada pelas redes de apoio informal exerce-se no

interior numa estrutura de classes desigual e a sua acção, sendo incapaz de a superar, acaba por reproduzir essa desigualdade.

## Referências

ANSHEN, Ruth Nand (coord.). 1971. *A família: sua função e destino*.

Lisboa: Meridiano.

ATTIAS-DONFUT, Claudine (dir.). 1995. *Les solidarités entre générations: vieillesse, familles, État*. Paris: Nathan.

BorSSEVAIN, Jeremy. 1974. *Friends & offriends: networks, manipulators and coalitions*. Oxford: Basil Blackwell.

BONVALET, C. et al. 1993. Proches et parents. *Population*, v. 48, n. 1, p. 83-110.

CORRIGAN, Peter. 1989. Gender and the gift: the case of the family clothing economy. *Sociology*, v. 23, n. 4, p. 513-534.

CUTURELLO, P. 1987. Une affaire de famille: l'auto-construction du logement. *Revue Internationale d'Action Communautaire*, 18/58, p. 119-126.

DÉCHAUX, Jean-Hugues. 1990. Les échanges économiques au sein de la parenteie. *Sociologie du Travail*, n. 1, p. 73-94.

FERREIRA DE ALMEIDA, João. 1990. *Valores e representações sociais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Portugal: os próximos 20 anos),

FERROS HESPANHA, Maria José. 1993. Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade-providência. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento, p. 315-335.

FINCH, Janet. 1989. *Family obligations and social change*. Cambridge: Polity Press.

FINCH, Janet; MASON, Jennifer. 1993. *Negotiating family responsibilities*. London: Routledge.

FISCHER, Claude S. 1982. *To dwell among friends: personal networks in town and city*. Chicago; London; The University of Chicago Press.

FRANÇA, Luis de (org.). 1993. *Portugal: valores europeus, identidade cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

GODBOVT, Jacques. 1992. *L'esprit du dono* Paris: La Découverte.

HANNERZ, Vlf. 1980. Thinking with networks. In: . *Exploring the city; inquiries toward the urban anthropology*. New York: Columbia University Press. p. 164-201.

HESPANHA, Pedro. 1995. Vers une société-providence simultanément pré- et post-moderne. In: ATTÍAS-DONFUT, Claudine (dir.). *Les solidarités entre générations: vieillesse, familles, État*. Paris: Nathan.

HIRSCHMAN, Albert O. 1970. *Exit, voice and loyalty*. Cambridge; London: Harvard University Press.

KELLERHALS, Jean et al. 1994. *Les réseaux de solidarité dans la famille*. Lausanne: Réalités Sociales.

LEINHARDT, Samuel (ed.). 1977. *Social networks: a developing paradigm*. New York: Academic Press.

LITWALK, Eugene. 1960. Geography, mobility and extended family cohesion. *American Sociological Review*; n. 25. p. 385-394.

MARPSAT, Maryse. 1991. Les échanges au sein de la famille. *Économie et Statistique*, n. 239. p. 59-66.

MAUSS, Marcel. 1988. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.

MILARDO, Robert. 1988. Families and social networks: an overview of theory and methodology. In: \_\_\_\_\_ (ed.). *Families and social network*. Newbury Park: Sage. p.13-47.

MOZZICAFREDDO, Juan. 1992. O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias. *Sociologia - Problemas e Práticas*, n. 12, p. 57-89.

NUNES DE ALMEIDA, Ana. 1984. Do campo à cidade. *Cadernos da Condição Feminina*, 0.18.

NUNES DE ALMEIDA, Ana; GUERREIRO, M. Dores. 1993. A família. In: FRANÇA, Luis de (org.). *Portugal: valores europeus, identidade cultural*. Lisboa: IED. p. 181-219.

PARSONS, Talcott; BALES, Robert F. 1955. *Family, socialization and interaction process*. New York: Free Press.

\_\_\_\_\_. 1971. A estrutura social da família. In: ANSHEN, Ruth Nand (org.), *A família: sua função e destino*. Lisboa: Meridiano. p. 273-300.

PISELLI, Fortunata. 1994. Famiglia e networks sociali: tradizione di studio a confronto. *Meridiana*, n. 20, p. 45-67.

PITROU, Agnès. 1978. *Vivre sans famille? Les Solidarités familiales dans le monde d'aujourd'hui*. Toulouse: Privat.

\_\_\_\_\_. 1992. *Les solidarités familiales: Vivre sans famille?* Toulouse: Privat.



SAMOUCO, André. 1993. Estado-Providência e a sociedade rural: revalorização de recursos e reordenamento de estratégias num novo contexto – a agricultura de pluriactividade. *Análise Social*, v. 28, n.121, p. 391-408.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 1990. *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.

\_\_\_\_\_. 1993. O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento.

TITMUS, Richard M. 1971. *The gift relationship*, New York: Pantheon Books.

WELLMAN, Barry. 1985. Studying personal communities. In: MARSDEN, Peter V.; LIN, Nan (eds.). *Social structure and network analysis*. Beverly Hills: Sage, p. 61-80.

\_\_\_\_\_. 1991. Structural analysis: from method and metaphor to theory and substance. In: WELLMAN, Barry; BERKOWITZ, S. D. (eds.) *Social structures: a network approach*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 19-61.

WELLMAN, Barry; BERKOWITZ, S. D. 1991. Studying social structures. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (eds.) *Social structures: a network approach*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 1-14.